

A INTERRELAÇÃO ENTRE O TRABALHO MULTIPROFISSIONAL DAS APAES E O AEE NO ENSINO COMUM COMO NECESSÁRIA PARA A CONQUISTA DA AUTONOMIA E DO EMPODERAMENTO

Eduardo Augusto Farias¹

Edna Gonçalves²

Aline Clea Dos Santos Martins Schmidt³

RESUMO

Este artigo destaca a importância de se construir uma interrelação e intersectorialidade e as possíveis confluências entre o trabalho multiprofissional das APAES instituição que destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional, atuando nas áreas de educação, saúde e assistência social, constituindo uma rede de proteção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla e o AEE no ensino comum – o atendimento educacional especializado que se presta de forma complementar ou suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação - podendo ocorrer em salas de aula regulares ou nas Salas de Recursos Multifuncional. Partindo dessa premissa, o artigo se volta para a discussão de preconceitos e opressões que são materializados contra as pessoas com deficiências a falta de investimentos nas políticas de educação especial e inclusiva e as dificuldades encontradas no acesso ao mercado de trabalho, trazendo apontamentos para a ressignificação desse processo..

Palavras-chave: APAES. AEE. Deficiência Intelectual e Múltipla. Preconceitos. Mundo do Trabalho.

ABSTRACT

Abstract: This article highlights the importance of building an interrelationship and intersectionality and the possible confluences between the multiprofessional work of the APAES, an institution that stands out for its pioneering spirit and capillarity, being present in more than 2 thousand municipalities throughout the national territory, acting in the areas of education, health and social assistance, constituting a network of protection and defense of the rights of people with intellectual and multiple disabilities and the AEE in common education - the specialized educational service that is provided in a complementary or supplementary way to students with disabilities, pervasive developmental disorders, high abilities/giftedness - which may occur in regular classrooms or in Multipurpose Resource Rooms. Based on this premise, the article turns to the discussion of prejudices and oppressions that are materialized against people with disabilities, the lack of investments in special and inclusive education policies and the difficulties encountered in accessing the labor market, bringing notes for the re-signification of that process.

Keywords: APAES. AEE. Intellectual and Multiple Disability. Prejudices. World of Work.

INTRODUÇÃO

1 Doutorando em Educação. Mestre em Serviço Social e Política Social. Especialista em Serviço Social e Intervenção Profissional. Graduado em Serviço Social com Formação Pedagógica em Sociologia.

2 Doutorando em Educação. Mestre em Serviço Social e Política Social. Especialista em Serviço Social e Intervenção Profissional. Graduado em Serviço Social com Formação Pedagógica em Sociologia.

3 Doutorando em Educação. Mestre em Serviço Social e Política Social. Especialista em Serviço Social e Intervenção Profissional. Graduado em Serviço Social com Formação Pedagógica em Sociologia.

O presente artigo traz as confluências entre a discussão de preconceitos e opressões que são materializados contra as pessoas com deficiências a falta de investimentos nas políticas de educação especial e inclusiva e as dificuldades encontradas no acesso ao mercado de trabalho, trazendo apontamentos para a ressignificação desse processo.

É elaborado a partir de nossas reflexões e discussões sobre a importância de se construir uma interrelação e intersetorialidade e as possíveis confluências entre o trabalho multiprofissional das APAES o AEE no ensino comum. Estabelecemos indagações para reflexão de que as políticas de proteção sociais e públicas funcionam em caráter precário, muitas vezes ainda não se garante a intersetorialidade entre as direções ampliadas das mesmas e para que haja efetividade na perspectiva do trabalhar interdisciplinarmente e intersetorialmente com as pessoas com deficiência e suas famílias a relação entre os diversos atores que compõem as políticas e redes de proteção necessitam ter um processo de trabalho conduzido na gestão competente e dialogal.

Nesse sentido a importância de destacarmos a necessidade atendimentos e encaminhamentos de qualidade, para as políticas de trabalho e geração de renda, segurança alimentar e demais corresponsáveis pelos atendimentos aos cidadãos e cidadãs. A gestão escolar cresce e assume seu potencial numa gestão participativa e propositiva quando os profissionais possuem a liberdade de pensar, de refletir e falar sobre suas opiniões democraticamente.

A pesquisa é bibliográfica, com base nas contribuições de pesquisadores, tais como, Amaro (2020), Diniz; Barbosa; Santos (2009) e Farias (2021) e pesquisadores que discutem a temática, a partir da metodologia de pesquisa participante que segundo Gil (2017, p. 38) tem como propósito auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, trazendo consigo a análise crítica.

OTRABALHOMULTIPROFISSIONALREALIZADONASAPAES:APONTAMENTOS EINTROSPECÇÕES EDUCATIVAS

Os trabalhadores da educação que atuam nas APAES planejam e executam conteúdos voltados ao atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência intelectual e múltipla, na inclusão assistida ofertam o apoio aos estudantes incluídos no ensino comum nas séries iniciais e finais do ensino fundamental EJA, proporcionando assessoria aos educadores e as escolas, além de atuarem na estimulação precoce e infantil.

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A Rede Apae destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente em mais de 2 mil municípios em todo o território nacional. Hoje, no Brasil, essa mobilização social presta serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessita, constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência. Nesse tempo a Organização acumulou resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento (FENAPAES, 2023 s/p).

Os educadores que atuam nas APAES atualmente têm uma importância fundamental na elevação de autoestima, autonomia e empoderamento dos estudantes, na ampliação dos horizontes educacionais, na alfabetização e apreensão de conteúdos no que refere a uma aprendizagem social, pedagógica, inclusiva e estimuladora para a superação de barreiras e obstáculos dos alunos.

São educadores que utilizam diversos métodos e ferramentas para as possibilidades inclusivistas⁴ de aprendizagem, e que, se movimentam no dia a dia nas tarefas da educação proporcionando e melhorando a qualidade de vida de seus alunos colaborando no estudo e no atendimento pedagógico a várias síndromes, transtornos globais do desenvolvimento, deficiências intelectuais e múltiplas em geral.

De acordo com artigo publicado no site Bengala Legal extraído da Associação X Frágil do Brasil – AXFRA, (2007, s/p):

O uso do computador tem sido eficiente para realizar atividades educativas: tem a vantagem de apresentar inúmeras vezes à atividade desejada, não requer constante interação com outra pessoa, e possibilita ir além da proposta inicial quando houver interesse (ASSOCIAÇÃO X FRÁGIL DO BRASIL – AXFRA, 2007, s/p).

Segundo o site Drauzio Varela⁵

O tratamento da Síndrome do X Frágil é multidisciplinar. Entre outros profissionais, pressupõe o empenho de pediatras, neurologistas, psiquiatras, fonoaudiólogos, pedagogos, terapeutas ocupacionais, e a participação ativa da família. O objetivo é desenvolver, o máximo possível, as potencialidades da criança e estimular sua inclusão no ambiente em que vive.

É importante redirecionar esses elementos a partir da perspectiva educacional pelo horizonte nos apresentado pelo nosso projeto societário, profissional e ético político, pois temos um compromisso com classe trabalhadora e entendemos que cabe a todos os trabalhadores que atuam com pessoas com deficiência, se apropriar dos elementos da análise situacional e conjuntural e institucional compreendendo o chão da escola.

Assim o nosso plano de trabalho pode potencializar os sujeitos de direitos e suas famílias. Pois cabe a nós educadores especiais nos informarmos e conhecer sobre as diferentes demandas, sobre a neurodiversidade, tal como, as Síndromes de Down, Síndrome de Marfan, Cornélica de Lange, Transtornos do Espectro Autista, Transtornos de Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH, Síndrome de Williams, etc.

Ou seja, ser crítico é entender a realidade concreta dos sujeitos de direitos a ser potenciados na ação profissional, o exercício profissional “consciente, coerente e competente” (AMARO, 2020a) que deve ser sustentado por bases éticas, sólidas e compromissadas com as demandas as quais atendemos dia a dia, no sentido de que o que foi planejado ganhe materialidade no entendimento da totalidade concreta e das situações que encontramos no atendimento direcionado na perspectiva crítica com as famílias.

O nosso projeto ético nos orienta ao compromisso com os alunos por nós atendidos e nos potencia na defesa intransigente dos direitos humanos, conhecendo os aspectos diferenciais 4 A citação dos conceitos inclusivistas é, a rigor, recente na literatura especializada, porém suas raízes estão ligadas ao passado [...]. São chamados inclusivistas porque abrangem valores que contemplam a inclusão. Surgiram lentamente a partir dos conceitos que hoje poderíamos chamar de pré-inclusivistas (SASSAKI, 1997, p. 27).

5 VARELA, Drauzio. Síndrome do X Frágil. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-do-x-fragil/>> Acesso em 20 jun. 2021.

e potenciais dos sujeitos de direitos. Dessa forma, temos o trabalho como categoria central, e não diferente o trabalho com pessoas com deficiência e suas famílias é planejado, sistematizado e acionado a partir do desvelamento da realidade concreta dos sujeitos e sujeitas de direitos e é na decifração da questão social que potencializamos os processos de empoderamento a caminho de perspectivas mais inclusivistas (FARIAS, 2021).

Dessa forma temos que estabelecer o diálogo entre o atendimento reconhecido tido nas APAES e o atendimento educacional especializado contido no ensino regular de tal forma que possamos superar algumas situações vivenciadas pelos alunos que quando completam 15 anos e são incluídos na EJA do ensino comum, normalmente abandonam seus estudos.

A educação é base que nos sustenta para elaboração de processos de trabalho que possibilitem romper com os “mecanismos ideológicos de resignação/medo” e que o Estado quando é autoritário utiliza como forma de controle social, negando a ciência, e utilizando o aparato estatal como mecanismo ideológico no discurso elaborado no sentido de conformação e estagnação da classe trabalhadora, o Estado burguês e a classe dominante tem em suas mãos o controle da informação, o poder político (FARIAS, 2021).

Entendemos que precisamos pesquisar sobre o que acontece nas relações de poder da escola para que tal situação aconteça, primeiramente entendemos que os alunos que são incluídos no ensino comum a partir do trabalho individual e coletivo realizado pelas APAES, a partir dos 15 anos de idade são obrigados a frequentar o ensino noturno, a partir da EJA e que a falta e os poucos investimentos na EJA deixam esses alunos muitas vezes invisibilizados, passando por situações de constrangimento e práticas capacitistas na escola o que os desmotivam a continuar com os estudos.

A IMPORTÂNCIA DE UM TRABALHO COLABORATIVO ENTRE AS APAES E O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE: AS INTERRELAÇÕES ENTRE AS DEMANDAS NO ATENDIMENTO PEDAGÓGICO E SOCIAL

Aqui se pretende dialogar sobre a possível interrelação entre o atendimento pedagógico das APAES e do AEE estabelecendo confluências para que um atendimento seja o complemento do outro no campo pedagógico e social e para que juntos possa vencer as barreiras da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Os professores inseridos nas Salas de Recursos Multifuncionais possuem também um papel fundamental e importante, pois cumprem os desafios e a operacionalização da inclusão escolar, contando com o apoio da equipe pedagógica, algumas vezes isolados, enfrentando as posições contrárias, no limite entre o atendimento dos estudantes e as diversas expressões da questão social que lhes são apresentadas a partir do contato individual em sala de aula com os alunos e a criação de vínculo com os mesmos.

A pesquisa de Gadens e Godoy (2014, p. 2), nos direciona a interpretar o que é vivenciado cotidianamente na escola pelos professores do atendimento educacional especializado, ente o desconhecimento da inclusão por parte dos outros atores sociais que compõem a escola:

Por desconhecer este trabalho, o professor confunde e, muitas vezes, entende-o como reforço escolar, solicitando ao professor da Sala de Recursos que termine atividades e/ou realize avaliações daquele aluno que apresenta necessidades educacionais especiais, matriculado na Sala de Recursos, que por algum motivo não terminou em tempo hábil, durante as aulas no ensino comum. Muitos profissionais contestam a inclusão e reforçam que não sabem trabalhar com as dificuldades apresentadas pelos

alunos, sentem-se despreparados e, ainda, ressaltam que não sabem lidar com este “tipo de aluno”; somam-se a isso, as escolas, que não oferecem acessibilidade, entre outros. E os pais/responsáveis das crianças matriculadas no ensino comum que por ventura, necessitam de um atendimento na Sala de Recursos também não têm claro como se dá o processo para o atendimento deste escolar. Muitos reclamam que a professora “só brinca com a criança” no dia que ela vai à escola, em contraturno. “É uma perda de tempo...” E por esses e outros motivos, as famílias, muitas vezes, desistem da escolarização de seus filhos porque muitas escolas não aceitam crianças com deficiência e os alunos abandonam as instituições de ensino que não respondem às suas necessidades (GADENS e GODOY, 2014, p. 2).

Mesmo diante de todas essas contradições, essas salas possibilitaram a centenas de estudantes um desenvolvimento adequado e aprendizado significativo, auxiliando-os na possibilidade de transformação de sua realidade social, assim como levando-os a compreender suas dificuldades e estimular suas potencialidades, permitindo um total desenvolvimento como ser humano, cidadão, pessoa e profissional, a partir do autoconhecimento e da estimulação das diversas áreas do conhecimento.

Compreendemos que as Salas de Recursos Multifuncionais é uma ferramenta para inclusão social que pode ampliar perspectivas e realidades de pessoas neurodivergentes e que a mesma apresenta em seu público alvo múltiplas expressões da questão social que podem ser debatidas na escola, nas tensões da multidisciplinaridade, e conduzidas tendo como norte a implantação e implementação da Lei 13.935, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

As APAES contam com assistentes sociais e psicólogos em seu quadro técnico no Estado do Paraná. Entretanto a ensino regular junto ao AEE na escola não conta com esses profissionais de referência que podem planejar ações contributivas numa dimensão pedagógica junto aos professores e estudantes das Salas de Recursos Multifuncionais a partir de um plano de trabalho que contribua com um Projeto Político Pedagógico adequado a realidade da escola numa perspectiva inclusiva e democrática que levem os educadores a serem desafiados todos os dias.

Pois a escola apresenta situações que de movem, para além do pedagógico, como bullying, cyberbullying, estigmatizações, opressões, violências, conflitos familiares, conflito com a lei, abusos sexuais e outras questões que muitas vezes os estudantes acabam relatando aos professores, tendo em vista, o contato com eles todos dias, o que claramente gera a confiança nos professores, que acabam não dando conta de resolver questões de tamanha complexidade que estão vinculadas as expressões da questão social e suas particularidades campo de atuação para o assistente social.

Segundo Amaro (2020c, p. 439):

Na escola ninguém está só, mas a solidão é uma realidade. O fato de ser um espaço social, de ser uma célula promotora de inclusão e formação para a cidadania, não torna a escola imune à injustiça social, à discriminação e à violência, gerando solidão, exclusão e situações que alijem, dividem e segregam. Crianças vitimizadas, alunos com envolvimento com drogas ou atividades infracionais, institucionalizados ou não, somam-se a outros, que trabalham no turno oposto da escola e colaboram na renda familiar, e aos que vivem na pobreza ou sob a ameaça da violência que cercam as comunidades. Essas multiformas de exclusão vão se enraizando nas vidas e nas relações sociais, plasmando-se às relações na escola, gerando atritos, confrontos e desafios cada vez mais difíceis de se contornar. Os educadores tentam, mas muitas

de suas iniciativas não logram êxito por conta do despreparo para atuar em situações que fogem à sua competência e especificidade profissional. Nesse processo, alguns adoecem por burnout, tornando-se indiferentes como forma de sobreviver no meio escolar à sombra de constantes injustiças, violências e exclusões.

Os campos sócio-ocupacionais do serviço social que se direcionam na atuação profissional possuindo uma vinculação histórica com as pessoas com deficiência, ainda são vistos com certo resguardo e até mesmo preconceito, salienta-se que os assistentes sociais podem conduzir e planejar suas ações profissionais de acordo com seu projeto ético-político e o mesmo encontra-se em disputa. Por isso devemos combater a neutralidade, pois somos profissionais que nos posicionamos do lado dos oprimidos e bandeiras de lutas estão do lado da classe trabalhadora que no Brasil em sua maioria é pobre, negra e periférica e quando nos vinculamos organicamente junto a estes nos tornamos mais fortes. E é nessa direção que se cinge a importância se nos vinculamos organicamente aos movimentos sociais críticos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência.

Além disso, temos que entender que as mães, pais e/ou responsáveis de pessoas com deficiência que nos procuram trazendo suas queixas e seus devires procuram por um atendimento de qualidade e qualificado o qual deve ser conduzido a partir da articulação das dimensões teórico-metodológicas, ético-política e técnico-operativa do Serviço Social. (FARIAS & RUFATO, 2020).

Segundo Diniz, Barbosa, Santos (2009, p. 67),

[...] a garantia da igualdade entre pessoas com e sem impedimentos corporais não deve se resumir à oferta de bens e serviços biomédicos: assim como a questão racial, geracional ou de gênero, a deficiência é essencialmente uma questão de direitos. Isso significa que os impedimentos corporais somente ganham significado quando convertidos em experiências pela interação social. Quanto maiores forem as barreiras sociais, maiores serão as restrições de participação impostas aos indivíduos com impedimentos corporais.

A vida da criança e de sua família na qual geralmente é particularizada pela lógica dos cuidados maternos, e que é também contraditória, no dia a dia, nas vivências, sendo que muitas vezes os pais dessas crianças fogem da paternidade abandonando seus filhos, materializações da vida cotidiana, essas que devem ser entendidas no tecer do atendimento profissional, onde vislumbramos possibilidades e estratégias de intervenção na realidade junto às demandas relacionadas à pessoa com deficiência, geralmente compostas por mães de pessoas com deficiência, que nos trazem suas questões, suas queixas, seus sonhos de uma vida melhor, de quebras de paradigma e de profissionalização para si e para seus filhos.

O atendimento profissional realizado a partir da “consciência competência e coerência” na perspectiva de Sarita Amaro (2020a, p. 49) implica em “facilitar o desenvolvimento de resistências, de autoajuda, de ativismo individual, de desenvolver o reconhecimento das injustiças/opressões, de restaurar a indignação com os desumanismos sofridos e a vontade de lutar por sua dignidade e direitos. Em outras palavras estamos falando de empoderamento”.

Neste sentido mulheres-mães são acolhidas, entrevistadas, pelos profissionais que atuam na área da deficiência intelectual e múltipla podendo possivelmente ser atendidas no futuro pelos assistentes sociais na política de educação pública do ensino comum, por meio da Lei 13.935, de 12 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de Psicologia e de Serviço Social nas redes públicas de educação básica.

Salientamos a importância da educação como área que se estende a

multidisciplinaridade, a transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade e os assistentes sociais e psicólogos junto a coordenação pedagógica, professores e direção, podem atuar numa perspectiva gerida pela educação inclusiva direcionando os processos de gestão, no rompimento com o insulamento burocrático.

Esses profissionais podem vir a atuar de forma qualificada, tecnicamente e politicamente e operacionalmente nos processos de trabalho. Esses processos vão de encontro a gestão comprometida e a intervenção na realidade amparada atendimentos instrumentalizados e planejados para a sistematização de estratégias de ações profissionais embasadas, compostas de um sentido de “reflexão, decisão, ação e retomada do processo de reflexão” (FERREIRA, 1965, apud BAPTISTA, 2015).

Miranda e Fernandes (2020, p. 242), no artigo *Psicologia e Educação: o papel do psicólogo nas instituições escolares* salienta que:

Em relação a esse assunto de inclusão, o psicólogo pode vir a contribuir, para quem sabe uma desestigmatização do aluno com deficiência. Segundo Goffman (1978), surgiu na Grécia o termo estigma para classificar os deficientes e deformados. O preconceito aos deficientes ia além de uma palavra, também era física, pois, os estigmatizados eram marcados com ferro quente ou com cortes, de modo que todos os percebessem como pessoas a serem evitadas e excluídas. Na atual sociedade, felizmente, essas marcas físicas não são feitas, mas o deficiente ainda é estigmatizado como incapaz, principalmente o aluno com deficiência. Essa estigmatização pode gerar o chamado “fracasso escolar”, sendo esse caracterizado pelo não aprendizado dos alunos, muitas vezes associados a diversas causas, dentre elas, podemos citar a falta de envolvimento da família, a falta de recursos das escolas e até mesmo o desinteresse do aluno, ou ainda, as dificuldades orgânicas.

Todos os profissionais da educação especial podem contribuir a partir de sua especificidade profissional, superando os limites que se dá nas tensões do atendimento multidisciplinar, nosso objeto é a questão social que reflete determinadas e diversas situações de preconceitos aos estudantes das educações especiais e inclusivas que vão desde a estigmatização, o capacitismo.

Como demonstra Amaro (2020b, p. 554-555), no artigo *Bullying, Cyberbullying e outros manifestos de violência social na escola*, entendemos que o bullying é uma expressão de violência que pode acontecer corriqueiramente com as pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento que frequentam a escola regular, pois os preconceitos estão presentes na sociedade e as formas de educação ainda não superaram as barreiras impostas para quem possui o corpo, a mente ou os dois associados na conjectura de diferente, diverso e divergente:

A clandestinidade, invisibilidade e silenciamento desses atos, somada a inabilidade das equipes diretivas e pedagógicas em pautá-los, tem transformado a escola em um lugar oposto ao que originalmente fora designada: um lugar anti-social, hostil, de dor, insegurança e, não raro, aterrorizante para quem sofre bullying. Lugar onde a dignidade é negada. Onde a dor e a tristeza não é percebida como um problema, onde o professor não percebe que os tapinhas e os empurrões, as piadinhas e as quedas frequentes são constantes e intencionais. Lugar em que o simulacro do aluno que pratica bullying raramente é percebido pelo professor, e que a grita desesperada do estudante que sofre bullying é tratada como “uma atitude estranha e agressiva, que merece ser tratada pelo psicólogo”. Quem atua na área educacional, e mais especificamente com estudantes

crianças e adolescentes, precisa entender como se comunicam e se relacionam. tais situações.

Apesar das evoluções das legislações voltadas a pessoas com deficiência seja no âmbito global, como nacional que se voltam à responsabilidade social das Empresas, tendo em vista a contratação de pessoas com deficiência para o mercado de trabalho. Inúmeras vezes estes são chamados para entrevistas de trabalho e surpreendidos por essa lógica desumana que pensa que por serem pessoas com deficiência intelectual não possuem capacidades de se adequar a estrutura organizacional das empresas. Entretanto, por meio de entrevistas conduzidas e direcionadas num atendimento à luz da perspectiva dos direitos compreendemos nos processos de trabalho que o acesso ao mercado de trabalho e homens e mulheres com deficiência intelectual e múltipla deve ser conduzido a partir do monitoramento desses jovens, desde o processo de entrevista, a partir da relação estabelecida entre o sujeito de direitos e o profissional nos atendimentos, procurando também orientar as empresas e as famílias e colocando-se a disposição nesse processo no que compete ao serviço social, ou seja, na perspectiva da práxis é impossível estabelecer um atendimento integral sem que o mesmo tenha um direcionamento ético e pautado na garantia e defesa dos direitos (FARIAS e RUFATO, 2020).

Muitas empresas ainda necessitam de um trabalho de capacitação que envolva a compreensão dos aspectos globais do desenvolvimento e que rompa com perspectiva capacitista, sendo que a deficiência está no meio na falta de acessibilidade, de adaptação, e, sobretudo, uma gestão empresarial dinamizada a partir do empowerment pode construir bases democráticas para a inclusão, potencializando seus funcionários a criatividade e a aceção de perspectivas includentes que rompam com o que está posto pela lógica mercantil.

PARA NÃO CONCLUIR, POIS AINDA TEMOS MUITO A AVANÇAR E A INCLUSÃO SE MOVIMENTA ENQUANTO UM PROCESSO AINDA INACABADO!

Sabe-se que muitas empresas preferem pagar multa pela não contratação de pessoas com deficiência, pois, apresentam dificuldades de potencializar o trabalho para os sujeitos a partir de suas experiências sociais, culturais e de enfrentamento aos ardis da vida cotidiana, pessoas com deficiência intelectual e múltipla são capazes de inovar as empresas, compartilhando suas experiências num aprendizado que é coletivo e multidimensional, eles/elas possuem a potencialidade de fazer com as empresas se redimensionem numa perspectiva mais inclusivista. De acordo com nossos anos de experiência nas áreas da educação especial e inclusiva vivenciamos muitas pessoas com deficiência com a potencialidade e capacidades para o mercado de trabalho, contudo eles/as precisam de uma chance para atuar a partir da designação do setor de recursos humanos e que deve compreender onde o sujeito de direitos possa melhor produzir.

A área da educação especial traduz um conjunto de sujeitos potenciais, e que, em meio às lutas e superações produzem verdadeiro sentido de agregar em relação às relações que travam com as pessoas sem deficiência, e as empresas precisam saber que só tendem a ganhar com a diversidade e da pluralidade no mercado de trabalho, ou seja, pela racionalidade e pela coerência compreendemos que na verdade muitas empresas é são deficientes por não se adequarem as políticas afirmativas para pessoas com deficiência e as cotas para empregabilidade criando barreiras no acesso e por fim dificultando com que seus produtos se inovem e caminhem nos rumos da contemporaneidade.

E junto a esses elementos acreditamos que os alunos com deficiência possam ter mais chances no mercado de trabalho se forem amparados por uma educação inclusiva que

possa dar conta de suas demandas, a partir de investimentos na EJA que possa verificar as particularidades e singularidades dos alunos com deficiências intelectuais e múltiplas, sendo que a esses geralmente é negado o mercado de trabalho. Por isso trazemos esse diálogo no sentido de que o ensino colaborativo entre as APAES e o AEE no ensino comum, pois são interdependentes, possa fortalecer os processos de autonomia e de empoderamento pela via da educação, no dialogo intersetorial entre as Escolas da Modalidade de Educação Especial e as Escolas do Ensino Regular pela via de programas e projetos que visem à articulação das modalidades de ensino para possibilitar perspectivas mais inclusivistas aos alunos incluídos no ensino comum.

REFERÊNCIAS

- AMARO, S. **O desafio dos três “C” do Serviço Social**. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020a.
- AMARO, S. Bullying, Cyberbullying e outros manifestos de violência social na escola. In: AMARO, Sarita, MIRANDA, Fabiana Darc. **Psicologia e Serviço Social na Educação**. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020b.
- AMARO, S. Desafios para o assistente social que pretende atuar na educação. **Psicologia e Serviço Social na Educação**. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020c.
- BRASIL. **Nota Técnica Nº 11/2010** do Ministério da Educação e Cultura – MEC, Brasília: 2010
- BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. 3 ed. São Paulo: Veras Editora, 2015.
- FARIAS, E. A. **Trabalhando com pessoas com deficiências: a caminho de perspectivas mais inclusivistas**. 1 ed., Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.
- FARIAS, E. A.; RUFATO, E. A. O Plano de Atendimento Familiar como instrumento de planejamento e efetivação dos direitos sociais das pessoas com deficiência. In: AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato; MIKOSKI, Vanessa Dorada (Orgs). **A materialização do pensamento crítico na produção de documentos técnicos do Serviço Social**. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES – FENAPAES. Disponível em: <<http://apaebrasil.org.br/pagina/a-apae1>> <<https://apae.com.br/>>. Acesso em 20 jun. 2023.
- GADENS, S. T. F.; GODOY, M. A. B. **SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL: construindo os caminhos para superar as dificuldades**. In: Cadernos PDE: OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE – Artigos, Curitiba-PR, 2014.
- MIRANDA, Fabiana Darc. Psicologia Social, Escola e Inclusão: uma análise histórico cultural. In: AMARO, Sarita, MIRANDA, Fabiana Darc. **Psicologia e Serviço Social na Educação**. 1. ed. Porto Alegre: Nova Práxis Editorial, 2020.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos** Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- VARELA, Drauzio. Síndrome do X Frágil. Disponível em: <<https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/sindrome-do-x-fragil/>> Acesso em 20 jun. 2021.